

1 ATA DA 35ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS 2 HUMANOS – CEDH

3 Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte, em ambiente web, com
4 utilização do software Skype, às 13h30min, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos– CEDH, os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos
7 Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni (Federação
8 Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); Erli Camargo (Fundação
9 Nereu Ramos – FINER), Nadir Cardoso dos Santos (Central Única dos
10 Trabalhadores – CUT), João Coutinho (Associação dos Defensores Públicos de
11 Santa Catarina – ADEPESC) e Bruno Carlos (Associação dos Deficientes Visuais
12 de Itajaí e Região – ADVIR), **representantes governamentais:** Sullivan Desirée
13 Fischer (Diretora de Direitos Humanos da Secretaria de Estado do
14 Desenvolvimento Social – SDS); Arlete Jocelina Adriano (Secretaria de Estado da
15 Saúde – SES); Deise C. M. Souza (Secretaria de Estado do Desenvolvimento
16 Econômico e Sustentável – SDE); Rosimari Koch Martins (Secretaria de Estado de
17 Educação – SED); Tamiris Amaral Graziottin (Casa Civil – CC); Maria Benedita da
18 Silva Prim (Secretaria de Estado da Educação – SED) e como **convidados:**
19 Fabiana de Souza (Gerente de Política para Mulheres e Direitos Humanos da
20 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS); Leonardo K.Santos
21 (Central Única dos Trabalhadores – CUT); Yara Moreira (Conselho Regional de
22 Psicologia – CRP); Vanda (Sindicato dos trabalhadores na administração pública
23 municipal de São José – SINTRAM/SJ -conselheira suplente do Conselho Estadual
24 da População Afrodescendente) e Manuela Brandão da Silveira Ribeiro (Secretária
25 do CEDH-SC). **Ponto 1 da pauta. A plenária é aberta** pela presidente do Conselho
26 Estadual dos Direitos Humanos – CEDH, Cynthia Maria Pinto da Luz (CDH),
27 agradecendo a presença de todos. Em sequência foi feita identificação dos
28 membros presentes pela presidente Cynthia e concomitantemente a Secretária
29 Executiva ia fazendo a checagem por meio de sua lista contendo todos os membros
30 deste conselho para posterior controle de presença. Em sequência, Cynthia (CDH)
31 fez a **leitura para aprovação da ordem do dia, ponto 2 da pauta.** Aprovada por
32 unanimidade. Cynthia (CDH) abriu momento para inclusão de informes. Dando
33 continuidade, a presidente Cynthia (CDH) passou para o **ponto 3 da pauta**, onde
34 pediu para que a Secretária Executiva fizesse a leitura das **justificativas de**
35 **ausências.** Foram informadas as justificativas dos (as) conselheiros (as):
36 Ledronete (SES), Gelson (Cáritas), Anne (ADEPESC). O conselheiro João Carlos
37 de Liz (ASDF) fez algumas tentativas para entrar no *chat* do grupo deste conselho,
38 porém sem sucesso. Tentativas estas, presentes em texto no grupo de whatsapp
39 deste conselho. Anteriormente a esta plenária foi feito comunicado que os
40 conselheiros (as) que apresentassem problemas técnicos para entrar ou
41 permanecer na sala de conversa sua ausência seria automaticamente justificada.
42 Com isso, todas as justificativas foram aprovadas por unanimidade. Seguindo a
43 reunião foi introduzido o **ponto 4 da pauta, Discussão e aprovação da**
44 **Recomendação CEDH nº 01/2020 ao governo do Estado, para que se**
45 **mantenha isolamento social no combate à contaminação pelo COVID-19.**
46 Cynthia (CDH) introduziu sua fala dizendo que o conselho deve marcar sua
47 posição, alertando o governo do Estado que as regras do Ministério da Saúde e da
48 Organização Mundial de Saúde (OMS) preconizam neste cenário é o isolamento
49 social. Sendo essa a única medida para conter um elevado índice de contaminação.
50 Cynthia (CDH) complementou sua fala dizendo que para a elaboração deste
51 documento, foi feita leitura de diversas notícias a nível nacional e internacional e o
52 pico da contaminação, segundo os especialistas, está previsto para os meses de
53 maio e junho. Dando prosseguimento, a presidente reforça sua fala anterior,
54 dizendo que as normas de saúde federal, a nível internacional, assim como as

55 recomendações do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Cynthia
56 (CDH) neste momento comunicou que esse conselho (CNDH), se reuniu no dia
57 anterior a esta plenária, 15 de abril de 2020, em regime extraordinário, e foram
58 tiradas uma série de normas que ainda não foram publicadas, mas ressaltou a
59 importância de todas as normas acima citadas. Cynthia (CDH) continuou sua fala
60 [comoção], dizendo ser fácil falar em isolamento social, nós, que estamos numa
61 posição privilegiada e, finalizou destacando a pressão que o governador, Carlos
62 Moisés, deve estar sofrendo neste período. Neste momento a presidente abre para
63 discussão e pedi para que os interessados levantem a mão para inscrição. Nesse
64 momento a conselheira Erli (FINER) sugeriu que fosse acrescentado um item
65 contendo a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), do dia 15 de abril de 2020,
66 no sentido de dar forças ao governo do estado assim como aos municípios
67 catarinenses. A conselheira prosseguiu sua fala sugerindo que outro ponto a
68 acrescentar seria sobre destacar a importância da população a participar das
69 campanhas de uso de máscaras. Na sequência dos inscritos, o conselheiro Fabeni
70 (FECEC) expõe que em seu município, Navegantes, o prefeito estava prestes a
71 retomar a volta às aulas e, complementou ainda que as crianças estavam
72 desassistidas. Diante do exposto, a conselheira Erli (FINER) sugeriu que a
73 Recomendação CEDH nº01/2020 seja encaminhada também para a Federação
74 Catarinense de Municípios (FECAM) uma vez que esta instituição tem contato
75 direto com os municípios. A decisão é aprovada pela presidente. Cynthia (CDH)
76 nesse momento perguntou a conselheira Rose (SED) como estavam as notícias
77 sobre o retorno as aulas. A conselheira anteriormente citada respondeu que não
78 havia, até o momento nenhuma previsão de data de retorno e que as orientações
79 estavam chegando conforme o andamento nacional. Cynthia (CDH) questionou a
80 conselheira quanto a sua opinião pessoal sobre a retomada das aulas. A
81 conselheira se manifestou dizendo que iria responder enquanto representante da
82 instituição e relatou que a SED está preocupada em colocar em risco os alunos,
83 mesmo não pertencendo ao grupo de risco e, que a instituição está seguindo todas
84 as orientações técnicas que estão sendo pautadas e demais decisões do governo.
85 A conselheira Rose (SED) questionou ao conselheiro Fabeni (FECEC) se as
86 crianças que estão sem atendimento eram da rede municipal. O conselheiro
87 respondeu de forma afirmativa e, acrescentou sua fala dizendo que faz parte do
88 conselho municipal da criança e adolescente, mas, já havia cobrado esse
89 atendimento. Rose (SED) orientou o conselheiro a entrar em contato com as
90 Secretarias Municipais pois todas estão mobilizadas. Seguindo a ordem de
91 inscrição, a conselheira Sullivan (SDS) introduziu sua fala comunicando que neste
92 dia, 16 de abril de 2020, pela manhã, em reunião com grupo de trabalho onde
93 estavam presentes: Federação Catarinense de Municípios (FECAM), Ministério
94 Público (MP), Associação Catarinense de Conselhos Tutelares (ACCT) e Secretaria
95 de Estado de Desenvolvimento Social (SDS) a orientação inicial, onde o cenário a
96 todo instante muda então precisa-se estar revendo essas orientações. E, relatou
97 que a reunião acima citada tinha como objetivo, exatamente rever essas
98 orientações que haviam sido emitidas para os conselhos tutelares pois estavam
99 chegando muitas denúncias em relação ao não atendimento de crianças e violação
100 de seus direitos. Então ao final da reunião ficou acordado inverter um pouco as
101 orientações do total isolamento social. Sullivan (SDS) finalizou sua fala informando
102 que esta situação foi apresentada através de levantamento feito pela FECAM e
103 comunicou que provavelmente até a próxima segunda-feira (20 de abril de 2020)
104 deva estar saindo novas orientações e, relatou que será feita avaliação de cada
105 conselho e suas condições de trabalho para que cada conselheiro trabalhe em
106 segurança mas que este possa estar ativo buscando garantir os direitos das
107 crianças. Nesse momento, Cynthia (CDH) manifestou-se dizendo que a situação
108 apresentada pela Sullivan (SDS) não iria de encontro a Recomendação em
109 discussão no sentido de que os serviços essenciais, de proteção da vida, da

criança, do adolescente e idoso devem encontrar mecanismos de continuar atuando respeitada a proteção do servidor. Erli (FINER) pediu a palavra e disse ter sentido falta do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA) na reunião comentada anteriormente pela Sullivan (SDS). Erli (FINER) concluiu ainda que a Recomendação não invalida nenhuma outra, mas, pelo contrário, apenas complementa. A conselheira finalizou sua fala deixando como sugestão que o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (CEDCA) se posicione junto para trabalhar a questão dos conselhos tutelares pois desta forma o CEDH não estaria invadindo o espaço daquele conselho e nem se omitindo sobre a parte que diz respeito a este conselho em relação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Cynthia (CDH) colocou a Recomendação em votação com os adendos que a conselheira Erli (FINER) sugeriu, e; abriu para manifestações contrárias, caso houvesse. Não havendo nenhuma manifestação a recomendação CEDH nº01/2020 é então aprovada por unanimidade. **Encaminhamento: A Secretaria do Conselho fará o encaminhamento para o gabinete do governador via SGPe e enviará também a FECAM.** Em sequência, foi introduzido o **ponto 5 da pauta, Fechamento dos equipamentos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em alguns municípios catarinenses.** Cynthia (CDH) questionou quem havia levantado este ponto de pauta. A Erli (FINER) respondeu ter sido a própria e começou sua fala dizendo que levantou este item também no Comitê Emergencial de Segurança Alimentar e Nutricional o qual faz parte como representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Dando continuidade, Erli (FINER) comentou que em sua região, Lages, existem inúmeras pessoas com dúvidas e com os CRAS fechados ou funcionando com atendimento reduzido, os profissionais não conseguem dar conta. Outra questão levantada pela Erli (FINER), citando a conselheira Cleide (CEAS), é que o CEAS em âmbito estadual juntamente com o Conselho Nacional está fazendo uma mobilização para garantir que os CRAS forneçam o serviço do equipamento. Erli (FINER) continuou sua fala dizendo que muitos municípios estão *perdidos* porque o governo federal através do Ministério da Cidadania tomou para si a *pretensão* de fazer o trabalho da proteção básica, que é próprio dos CRAS. Erli (FINER) informou que em Lages os CRAS funcionam das 12h às 18h e estão trabalhando em cima do plano emergencial para garantir o atendimento. Erli (FINER) concluiu sua fala mencionando ser sua preocupação que o governo federal não poder assumir sozinho esse trabalho, que são próprios da proteção básica que os CRAS oferecem e, em especial as pessoas que precisam regulamentar o CADÚnico para recebimento de benefícios. Cynthia (CDH) nesse momento perguntou qual seria a proposta de encaminhamento a ser dado a este ponto. A conselheira Erli (FINER), se posicionou dizendo que sua sugestão seria manter diálogo estreito com o CEAS para encaminhamentos referentes a este ponto. Em sequência o conselheiro Fabeni (FECEC) pediu a palavra e expressou seu apoio em relação a sugestão da conselheira Erli. **Encaminhamento: Erli (FINER) repassará as informações do Comitê Emergencial de Segurança Alimentar e Nutricional para o conselheiro Fabeni (FECEC) e este repassará ao CEAS e ambos estarão informando as ações no grupo deste conselho.** Dando prosseguimento a reunião passou-se para o **ponto 6 da pauta: leitura e discussão de denúncia recebida pelo e-mail do conselho.** Cynthia (CDH) nesse instante solicitou a Secretária para que esta fizesse a leitura apenas dos pontos mais relevantes da denúncia para conhecimento do pleno. Após feita a leitura, Cynthia (CDH) prosseguiu informando a todos (as) que esta denúncia foi encaminhada a diversos órgãos através de advogado, que, judicializou o pedido e este já se encontra em discussão. **Encaminhamento: Cynthia (CDH) elaborará resposta em solidariedade ao denunciante e a Secretária fará o encaminhamento para o SINTRASEM e a diretoria da COMCAP, com cópia ao escritório de direito previdenciário.** A convidada Vanda (SINTRASEM/SJ) pediu a palavra a presidente e lembrou que

165 caso o denunciante fosse vinculado ao sindicato, a este caberia a competência para
166 recorrer e, manifestou-se no sentido de que deveria ser feita uma análise se o vale
167 era recebido por dia de trabalho ou se, incorporado ao salário. Cynthia (CDH) então
168 agradece pela preocupação da convidada e segue com a reunião introduzindo o
169 **ponto 7 da pauta – Indicação de representante deste conselho para participar**
170 **na live da Comissão de Prevenção e Combate à Tortura sobre violência contra**
171 **mulheres nos tempos de quarentena e o COVID-19 com recorte sobre**
172 **mulheres em condições carcerárias.** Cynthia (CDH) fez a leitura do ponto e
173 perguntou se alguém se habilitava. Erli (FINER) questionou se havia alguma data
174 prevista. Como a senhora Yara não se encontrava presente neste momento para
175 confirmação da pergunta, a Erli (FINER) sugeriu ou a senhora Yara (CRP) ou a
176 própria Erli (FINER), caso todos concordassem. **Encaminhamento: A Secretária**
177 **enviará resposta à Comissão com indicação da conselheira Erli (FINER),**
178 **como representante deste conselho.** Neste momento começou a discussão
179 sobre o **ponto 8 da pauta – Trabalho de apoio à Comissão à Tortura na**
180 **divulgação de formulário a ser preenchido por profissionais e pessoas que**
181 **tenham acesso aos serviços de privação de liberdade para levantamento de**
182 **informações em relação ao enfrentamento do COVID-19.** Cynthia (CDH)
183 perguntou a Secretária se havia chegado algum link. A Secretária respondeu que
184 se trata de um formulário no *Google Forms* e a Comissão solicitava ampla
185 divulgação. Cynthia (CDH) mencionou ter o conselho, o dever de estar apoiando
186 esta iniciativa. Finalizou sua fala perguntando ao grupo se alguém teria notícias de
187 casos de contaminação nos sistemas prisionais e de locais de internação de
188 adolescentes pelo COVID-19 em Florianópolis. Nesse momento, a presidente abriu
189 para discussões. Manuela (Secretária do conselho) e Sullivan (SDS) respondem
190 que não possuem essa informação. Em sequência, o conselheiro João Coutinho
191 (ADEPESC) pediu a palavra e respondeu que questionou alguns colegas sobre
192 casos de contaminação tanto de apenados (as) quanto de servidores (as), mas não
193 obteve informação até o presente momento. Cynthia (CDH) então fez um pedido
194 ao conselheiro João (ADEPESC) que mantivesse o conselho informado com
195 notícias, mesmo que não oficiais, para que desta forma o conselho estivesse
196 acompanhando a situação e, ao mesmo tempo subsidiando a Comissão de
197 Combate à Tortura. Nesse instante a senhora Yara (CRP) conseguiu retornar a sala
198 de chat (reunião) onde a presidente a deixa situada do ponto em discussão e da
199 indicação da Erli, como representante do conselho na *live* da Comissão de
200 Combate à Tortura. Cynthia (CDH) perguntou a senhora Yara (CRP) se esta
201 gostaria de estar repassando algum informe, pois este seria o momento mais
202 oportuno. Yara (CRP), então fez uma breve explicação do processo de elaboração
203 do formulário, mencionando ter este, sido aprovado do Comitê Nacional. E, concluiu
204 sua fala dizendo que a intenção da Comissão é conseguir o maior número de
205 informações dos equipamentos, conseguindo desta forma, informações oficiais e
206 entender o que de fato está sendo feito. A conselheira Erli (FINER), pediu a palavra
207 e sugeriu que o conselho entre em contato com o Departamento de Administração
208 Prisional (DEAP) da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) pedindo
209 informações sobre as medidas que estão sendo tomadas no âmbito da situação
210 atípica pela qual estamos vivenciando e, a partir disso o conselho discutiria qual a
211 melhor atitude em relação as informações apresentadas. Cynthia (CDH) mencionou
212 ter havido uma força-tarefa muito grande por parte do judiciário, supôs a presidente
213 que, na maioria dos municípios catarinenses, em conceder o regime domiciliar, o
214 regime aberto e o monitoramento eletrônico para todos os detentos que se
215 enquadravam nesta condição. Cynthia finalizou sua fala mencionando algumas
216 medidas que estão sendo tomadas em relação aos sistemas prisionais no município
217 de Joinville. **Encaminhamento: A Secretária irá enviar o formulário no grupo**
218 **do conselho para que seja feita a devida divulgação.** Na sequência, passou-se
219 para o último ponto da pauta, **ponto 9. Apoio ao ICOM – Instituto Comunitário**

220 **da Grande Florianópolis e parceiros para ajudar às famílias da Comunidade**
221 **Frei Damião que sofreram os impactos da crise provocada pelo COVID-19.**
222 Cynthia (CDH) fez a leitura do item e questionou quem havia levantado este ponto
223 da pauta. A Secretária explicou que se tratava de uma comunidade que está em
224 situação de vulnerabilidade no município de Palhoça e que o e-mail foi enviado pelo
225 Instituto Comunitário da Grande Florianópolis – ICOM, solicitando ajuda e
226 divulgação. Cynthia (CDH) então, perguntou ao pleno o que de concreto poderia
227 ser feito em relação ao assunto em questão. E, por fim questionou as conselheiras
228 Sullivan (DIDH/SDS) e Rose (SED) se as mesmas teriam alguma ideia/notícia em
229 relação ao assunto. A primeira a se manifestar é a conselheira Rose (SED)
230 informando o seu desconhecimento em relação ao fato apresentado e se prontificou
231 a verificar a situação da merenda, ao mesmo tempo em que informou a todos a
232 existência de um projeto, dentro da Secretaria de Educação, especificamente para
233 assistir crianças durante o período de isolamento social. Nesse momento, Sullivan
234 (SDS) pediu a palavra e comunicou que na SDS, mais especificamente na Diretoria
235 de Direitos Humanos (DIDH), não teria chegado nada em relação a esta
236 comunidade. Sullivan (SDS) complementou sua fala informando que está sendo
237 feita uma ação de distribuição de merenda escolar diretamente com os municípios
238 e as escolas e, está acompanhando os números que o Secretario de Educação tem
239 divulgado no grupo de risco, ao qual a mesma participa. E, finalizou mencionando
240 que a DIDH tem agido para garantir os direitos das pessoas mais vulneráveis
241 efetuando interlocução com as áreas afins, sempre que recebe alguma denúncia.
242 Erli (FINER) pediu a palavra e informou que no grupo em que participa do Comitê
243 Emergencial de Segurança Alimentar e Nutricional, essa notícia foi circulada. Nesse
244 momento então, Erli (FINER) propôs que houvesse diálogo entre os grupos para
245 que desta forma as ações sejam unificadas. Cynthia (CDH) lembrou ao grupo que
246 a dinâmica das ações é muito rápida e a demanda é grande, sendo desta maneira
247 tudo muito complicado. Cynthia (CDH) questionou Sullivan (SDS) e Rose (SED)
248 quanto a distribuição da merenda na rede estadual de ensino. Rose (SED)
249 comunicou a todos que neste momento está em contato com sua gerente e, assim
250 que tiver uma resposta postará no grupo do conselho. Sullivan (SDS) relatou que a
251 Rose poderá trazer informações mais detalhadas e, de acordo com o que está
252 acompanhando no grupo de risco, existem diversas formas de se fazer os
253 encaminhamentos e, explicou que cada município e cada localidade destes, tem
254 suas especificidades. A conselheira Deise (SDE) comunicou que no município de
255 Florianópolis a distribuição estava sendo feita através de cartão com valor de
256 R\$100,00 de auxílio merenda e que repassaria o informativo com todas as
257 orientações para acesso, no grupo do conselho. A convidada Vanda
258 (SINTRAM/SJ), por sua vez, explicou como estava sendo feita a distribuição no
259 município de São José/SC. Sullivan (SDS) pediu a palavra para mais uma colocação
260 nesse sentido, porém em relação a comunidade indígena. Houve uma reunião
261 nacional com a participação também da Secretaria de Saúde para planejar a
262 distribuição de alimentos aos indígenas. Ficou acordado que os Distritos Sanitários
263 Especiais Indígenas (DSEI), ficariam responsáveis por toda higienização dos
264 alimentos e, em seguida os cacique das comunidades retirariam os alimentos na
265 DSEI, com o objetivo de evitar contato e contaminação na comunidade indígena.
266 Sullivan (SDS) finalizou sua fala ressaltando que além desta, houve a solicitação de
267 instalações de tendas, no total de 100 (cem), nas comunidades indígenas para
268 servirem de isolamento, caso houvesse necessidade. Erli (FINER) sugeriu que
269 fosse formado um grupo com as Mesas Diretoras dos conselhos envolvidos para
270 discutir assuntos em comum e dar os devidos encaminhamentos. E, por fim, manter
271 diálogo deste conselho com o Comitê para que não haja duplicidade de
272 atendimentos. Discutidos todos os pontos de pauta a presidente Cynthia (CDH)
273 finaliza a reunião, **Ponto 11 encerramento**, agradecendo a presença de todos (as).
274 Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, a qual, após lida e

275 aprovada, será devidamente publicada no portal da SDS-SC.